



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Portaria CNMP-CN nº 00026, de 7 de fevereiro de 2017.

Instaura Correição Extraordinária no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí para apurar a regularidade nos processos nº 0000233-41.2009.8.18.0022 e nº 000000101-74.2002.8.18.0039, com atenção aos aspectos estrutural e estatístico dos respectivos órgãos de execução.

O CORREGEDOR NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que, dentre outras atribuições, incumbe ao Corregedor Nacional, a teor do § 3º do art. 130-A da Constituição da República e do art. 18, incisos I, II, VII e XIV, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público), realizar de ofício sindicâncias, inspeções e correições, receber reclamações, representações e denúncias de qualquer interessado, relativas à atuação de membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

CONSIDERANDO que a Corregedoria Nacional, nos termos do artigo 67, § 2º do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, poderá realizar inspeções, correições e auditorias para verificar a regularidade dos serviços do Ministério Público, em todas as áreas de sua atuação, bem como em seus serviços auxiliares, havendo ou não evidências de irregularidades;

CONSIDERANDO que foi reconhecida a procedência da Representação por Inércia ou Excesso de Prazo (autos nº 1.00067/2015-38) quanto à atuação do Ministério Público do Estado do Piauí nos processos nº 0000233-41.2009.8.18.0022 e nº 000000101-74.2002.8.18.0039, com supedâneo no art. 69, *caput*, do RICNMP, foi proposta a realização de Correição Extraordinária para apurar a regularidade do *Parquet* piauiense naqueles feitos, com atenção aos aspectos estrutural e estatístico dos respectivos órgãos de execução.

CONSIDERANDO que cabe ao Corregedor Nacional do Ministério Público, nos termos do artigo 130-A, § 3º, inciso III, da Constituição Federal e artigo 18, inciso III, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, requisitar membros e servidores do Ministério Público;

CONSIDERANDO que os objetivos desta Corregedoria Nacional, além de detectar eventuais inadequações de ordens disciplinares ou administrativas, tomando as providências necessárias para o equacionamento das distorções constatadas, são as de também orientar e

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

buscar o aprimoramento nas atividades ministeriais, conhecendo projetos inovadores que possam ser futuramente aplicados em outras unidades do Ministério Público, sendo imprescindível a verificação *in loco* do funcionamento dos serviços que estão sendo prestados nos Estados;

RESOLVE:

1. Instaurar Correição Extraordinária no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí para apurar a regularidade nos processos nº 0000233-41.2009.8.18.0022 e nº 000000101-74.2002.8.18.0039, com atenção aos aspectos estrutural e estatístico dos respectivos órgãos de execução., cujos trabalhos serão realizados no **período de 20 a 24 de março de 2017**, com a finalidade de aferir a situação nas áreas administrativas e finalísticas.

2. Designar para procederem os trabalhos o Promotor de Justiça do Espírito Santo, Dr. Rodrigo Monteiro da Silva, e o Promotor de Justiça do Rio Grande do Norte, Dr. Gláucio Pinto Garcia.

3. Determinar que sejam oficiados os Senhores Procurador-Geral de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público, ambos do Estado do Piauí, informando-os da Inspeção, convidando-os para acompanhar os trabalhos.

4. Determinar que seja oficiada à Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Piauí, solicitando que providencie, no prazo de 10 dias, o encaminhamento do ato normativo que regulamenta a distribuição automática no âmbito Promotorias de Barras e Buriti dos Lopes no Estado do Piauí, assim como das regras de negócio do sistema utilizado na referida distribuição.

5. Determinar a autuação desta Portaria como Procedimento de Inspeção Extraordinária, providenciando a sua publicação no Diário Eletrônico e no *site* do Conselho Nacional do Ministério Público.

Autue-se; publique-se; registre-se; comunique-se; cumpra-se.



ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

Corregedor Nacional do Ministério Público, em substituição

Publicado no DOU SEÇÃO 2 Nº 29
de 09 / 02 / 2017
Pág.: 58

Thais de C. e Alves
Thais de Cruz e Alves
Analista Judiciário
Matrícula: 8243-4